

ATA 350

1
2 Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e vinte um, às quatorze horas, realizou-se a
3 reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua sede na Rua
4 Joaquim Nabuco nº 59 e virtualmente através do aplicativo Google Meet sob a convocação de seu
5 presidente Armando Madalosso Vieira. Fizeram-se presentes os seguintes **os conselheiros titulares**
6 **governamentais:** Lucília do Rocio Lopes Andrade, Tatyana Denise Belo e Karina Muehlbauer
7 (Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG); Leni Aparecida Viana da Rocha
8 (Secretaria Municipal de Educação); Deborah Maria Diretrich Lechiu (Secretaria Municipal de
9 Cidadania e Segurança Pública). **Os conselheiros não governamentais titulares:** Osni Cirino da
10 Cunha (Proteção Social de Alta Complexidade); Beatriz de Souza (Proteção Social de Média
11 Complexidade); Camila Gomes de Barros, Adrianis Galdino da Silva Junior e Valquíria Verwiebe
12 (Profissionais da Área de Assistência Social); Armando Madalosso Vieira (Entidades de Proteção
13 Social Básica); Antonio Elizeu Martins (Usuários da Assistência Social). **Os conselheiros não**
14 **governamentais suplentes:** Laerte Bittencourt Filho (Proteção Social de Média Complexidade);
15 Nathanie Hariene Panzarini de Abreu (Profissionais da Área de Assistência Social). **A conselheira**
16 **não governamental suplente no exercício da titularidade:** Mary Ane Aparecida Gonçalves
17 (Usuários da Assistência Social). Justificaram a ausência os conselheiros: Sandra Regina Wichert
18 Cisco, Acir Claro dos Santos, Beatriz Martins Ciriaco de Francisco e Cleuci Mara Barbosa Martins.
19 Estiveram presentes os seguintes convidados: Consuelo Szczerepa Lopes e Giovana Krubniki (
20 Ministério Público); Daniele Duarte – estagiária da AAPI, Margharida (GERAR) e Camila Barreto. A
21 secretária executiva Thais do Prado Dias Verillo e agente administrativa Maria Aparecida da Silva. A
22 plenária contou com a seguinte pauta: 1- Apreciação e aprovação da pauta; 2- Aprovação da ata nº
23 349; 3- Informes; 4- Relato da Comissão de Documentação e Cadastro de Entidades sobre: 4.1 -
24 Aprovação da manutenção da inscrição CMAS, 06 entidades (APAE, Cavanis, ACAP Geny Ribas,
25 Transformando Gerações, Francisclara e Cáritas Diocesana); 5- Relato da Comissão do Programa
26 Bolsa Família: 5.1 - Apreciação do Relatório de Atendimentos e Execução Financeira, dos Relatórios
27 de Informações Sociais sobre o Cadastro Único e Programa Bolsa Família atualizados e dos
28 Relatórios de Empenhos Emitidos e Pagos durante o período de Junho a Setembro de 2021; 6 –
29 Relato da Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social: 6.1 – Prestações
30 de Contas dos Recursos Estaduais (Aprimora CRAS e CREAS, Incentivo ao COVID, Residência
31 Inclusiva, PPAS II, PPAS IV, PPAS V, Abordagem Social, Acolhimento de Situação de Rua,
32 Acolhimento Mulher Vítima); 7 - Relato da Comissão de Acompanhamento do SUAS: 7.1 - Apreciação
33 e Aprovação do Plano Municipal de Assistência Social; 7.2 - Prorrogação da Resolução nº 38/2020
34 que dispõe sobre a regulamentação dos Benefícios Eventuais. O presidente Sr. Armando iniciou a
35 reunião cumprimentando a todos e colocando a pauta para apreciação e aprovação. A secretária
36 executiva Thais solicitou inclusão da aprovação da Resolução referente a alteração da porcentagem
37 da frequência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, que já foi discutida na plenária
38 anterior. Não havendo mais nenhuma inclusão foi aprovada a pauta. O próximo item da pauta foi a
39 aprovação da ata número 349. Não havendo nenhum apontamento a ata foi aprovada. Nos informes,
40 foi comunicado o envio do questionamento a Proteção Social Básica a respeito do Acessuas Trabalho,
41 onde o conselho solicita informações atualizadas referentes ao programa, visando monitoramento e
42 avaliação por orientação do CEAS. A conselheira Tatyana informou que essa resposta foi colocada
43 para o Ministério Público, uma vez que estão com um saldo de recursos para execução e foi
44 reprogramado para a elaboração de uma parceria com alguma entidade, e estavam no trâmite de
45 elaboração de edital de chamamento público para Termo de Colaboração. Porém como os prazos de
46 chamamento público estão muito apertados e a Resolução do CNAS diz que a execução final desse
47 programa seria em 2021, cumulado com a situação de pandemia acredita-se que pode ser prorrogado
48 este prazo, assim sendo estão no aguardo dessa prorrogação para seguir com os trâmites do Termo
49 de Colaboração. O segundo informe é com relação a Mesa de Negociação, assunto que foi tratado
50 na plenária passada, onde o conselho ficou responsável por organizar o processo eleitoral. Foi
51 enviado ao conselho uma orientação da secretária executiva da Mesa de Negociação Tatiana
52 Haddad, para que seja formada essa comissão a mesma enviou um modelo do Regimento Eleitoral
53 de como acontecer essa eleição e para isso serão necessários três conselheiros que possam fazer
54 parte dessa comissão, sendo governamentais e não governamentais. Houve a indicação do nome da
55 conselheira Lucília, a mesma aceitou e os outros serão trabalhadores não governamentais, os quais
56 serão escolhidos na sequência. A secretária executiva Thais se comprometeu a enviar no e-mail um

57 compilado da documentação que foi recebida pelo conselho a respeito da Mesa de Negociação e até
58 semana que vem define os membros da comissão eleitoral. O presidente colocou que depois de
59 formada a Mesa de Negociação pode ser solicitada a revisão da lei para corrigir algumas distorções.
60 Outro comunicado é quanto aos conselheiros que não tem participado da reunião, visto que o
61 Regimento Interno no seu Artigo 16 dispõe que: *Será substituído, necessariamente, o Conselheiro*
62 *Titular ou Suplente que: ... o Conselheiro que não comparecer ou não se fizer representar pelo*
63 *suplente em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas sem justificativa,*
64 *devendo justificar ausência, por escrito, até o momento da reunião, salvo motivo de força maior, a ser*
65 *demonstrado até 48 horas após. As justificativas deverão ser submetidas a apreciação do Plenário.*
66 Será realizado contato com os conselheiros que não estão participando, a fim de solicitar que as
67 secretarias ou fundações nomeiem outro representante, uma vez que o conselho é paritário e a falta
68 de um conselheiro interfere nas discussões da mesa. O próximo informe é sobre a palestra realizada
69 pelo CIEE, no dia 20 de outubro, com uma participação de 38 órgãos, entre CRAS, CREAS e
70 entidades. Fica o agradecimento ao CIEE. Próximo assunto da pauta é o relato da Comissão de
71 Documentação e Cadastro, a secretária Thais informou que a comissão tem adotado uma sistemática
72 de analisar previamente a documentação enviada e apenas esclarecer dúvidas durante a reunião.
73 Posto isso, informou que foram aprovadas a manutenção de seis entidades, as quais são: APAE,
74 Cavanis, Geny Ribas, Transformando Gerações, Francisclara e Cáritas Diocesana. Informou também
75 que será elaborada uma resolução única quando todas as entidades estiverem com sua manutenção
76 de inscrição deferidas e que se alguma entidade precisar de declaração de inscrição deve solicitar à
77 secretária do conselho. Próximo item da pauta é o cinco, relato da Comissão do Programa Bolsa
78 Família: 5.1 - Apreciação do Relatório de Atendimentos e Execução Financeira, dos Relatórios de
79 Informações Sociais sobre o Cadastro Único e Programa Bolsa Família atualizados e dos Relatórios
80 de Empenhos Emitidos e Pagos durante o período de junho a setembro de 2021. A conselheira
81 Tatyana iniciou informando que a reunião, além da presença dos conselheiros que fazem parte da
82 comissão, teve a presença dos membros da Coordenação Municipal Intersetorial do PBF, que é
83 formada pelas pastas da Assistência, Saúde e Educação. A Proteção Básica encaminhou relatório de
84 atendimento das ações realizadas pelo Cadastro Único e Bolsa Família no município entre o período
85 de junho a setembro, considerando que a comissão do Bolsa Família se reúne a cada três meses.
86 Além da execução financeira do IGD do Bolsa Família no município, dentre as ações foram citadas
87 as principais relacionadas ao Cadastro Único, como atualização e inclusão de novos cadastros, nesse
88 período foram realizados 4.407 entre novos e atualizações, 5.170 emissões de Folha Resumo, 258
89 visitas domiciliares realizadas pela Divisão de Gestão de Benefícios, além de outras ações específicas
90 relacionadas ao Cadastro Único, totalizando 17.301 atendimentos. Além destes, houve ações
91 realizadas em mutirões, ocorridos aos sábados, totalizando 419 atendimentos. Com relação aos
92 recursos, o município recebeu durante o período o valor de R\$ 189.112,21 do IGD/Bolsa Família, foi
93 empenhado nesse período o valor de R\$ 162.496,78, e o valor pago foi de R\$ 196.519,92. todos
94 esses valores empenhados e pagos foram detalhados na reunião da comissão caso haja alguma
95 dúvida o relatório foi encaminhado para o conselho a fim de serem analisados os gastos e elementos
96 de despesa. Além da explanação sobre a execução do recurso do IGD/PBF, na reunião foi
97 apresentado o número de famílias beneficiárias do PBF, que, no mês de setembro/2021 foi de 11.700
98 famílias, sendo repassado o valor de R\$ 890.276,00 em benefícios. Foi demonstrado também as
99 reuniões mensais realizadas com os entrevistadores do CadÚnico e as reuniões da Coordenação
100 Municipal Intersetorial do PBF. Com o retorno das atividades da Coordenação Municipal Intersetorial
101 do PBF, as reuniões mensais aconteceram de forma a fortalecer a articulação entre as políticas de
102 assistência social, saúde e educação, com vistas a superação das dificuldades no registro e
103 acompanhamento das condicionalidades das famílias beneficiárias. Com isso, a Fundação Municipal
104 de Saúde – FMS traçou estratégias de ações, dentre elas a descentralização do registro no sistema
105 pelas unidades de saúde. A princípio optou por capacitar aquelas unidades com as equipes
106 completas, passando gradativamente ao restante, conforme planejamento a médio e longo prazo. A
107 educação também colocou as ações relativas ao acompanhamento das famílias beneficiárias,
108 informando a exigência da comprovação da vacinação das crianças, para o retorno presencial das
109 aulas. O conselheiro Adrianis colocou que a Tatyana esclareceu a questão da saúde, que a portaria
110 foi renovada há cerca de duas semanas. Que a comissão tem que começar a pensar no Auxílio Brasil,
111 como pauta para o próximo mês, visto que uma das coisas que está em risco é o IGD – Bolsa Família.
112 Este é o único IGD permanente hoje e tem feito um papel imprescindível à manutenção, não apenas

113 do Cadúnico, mas das ações que estão em torno desse agora ex programa do Governo Federal. O
114 conselheiro Adrianis definiu como uma minuta perversa e que levará os municípios de porte um a
115 precarização do Bolsa Família e do CRAS, porque um tem pacto com o outro. O Auxílio Brasil causará
116 impacto em 11 mil pessoas que ficarão sem transferência de renda nenhuma. A conselheira Tatyana
117 complementou a informação sobre o Auxílio Brasil dizendo que todos os municípios do país estão
118 incertos do que irá acontecer, está sendo exigido uma atualização cadastral, acredita-se que o
119 impacto será gigante e essa sem dúvida é uma pauta para a comissão. Informa que o município tem
120 recebido aproximadamente R\$ 50.000,00; porém ainda não atingiu o teto, que é de R\$ 76.000,00,
121 devido ao índice da saúde estar baixo. O conselheiro Adrianis sugere que a comissão se reúna com
122 mais frequência, assim que tiver uma posição mais acertada sobre essas mudanças e o presidente
123 senhor Armando apoia. O próximo assunto da pauta é o item 6 – Relato da Comissão de
124 Acompanhamento do Fundo Municipal de Assistência Social: 6.1 – Prestações de Contas dos
125 Recursos Estaduais (Aprimora CRAS e CREAS, Incentivo ao COVID, Residência Inclusiva, PPAS II,
126 PPAS IV, PPAS V, Abordagem Social, Acolhimento de Situação de Rua, Acolhimento Mulher Vítima),
127 esta prestação de contas refere-se ao período de janeiro a junho de 2021. A conselheira Karina iniciou
128 a apresentação com o PPAS II – Centro Pop, os recursos não foram executados, contudo foi pactuado
129 empresa para realização de Diagnóstico Social para Pessoas em Situação de Rua, a fim de qualificar
130 o trabalho realizado no Centro Pop. Aprovado por unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº**
131 **50/2021**. Na sequência apresentou a prestação de contas da Abordagem Social informando que o
132 recurso não foi utilizado neste período. Restando saldo superior a 30%, e o plano de providências
133 prevê aquisição de kit's lanches para distribuição aos usuários abordados pelo serviço. Aprovado por
134 unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 51/2021**. Próxima prestação apresentada foi o Serviço
135 de Acolhimento para Mulheres Vítimas, utilizado 59,80% do valor em conta e o plano de providências
136 prevê um saldo de empenhos a pagar, manutenção na Casa Corina Portugal e aquisição de
137 eletroeletrônicos para a casa. Aprovado por unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 52/2021**.
138 Apresentado o PPAS V com a informação que foi repassado para entidade o valor de R\$ 25.000,00;
139 restando em conta saldo superior a 30%, o plano de providências informa a transferência para OSC
140 executante do serviço de acolhimento em casa de passagem em 2022. Aprovado por unanimidade
141 conforme **Resolução/CMAS/nº 53/2021**. Próximo recurso apresentado é o Acolhimento Institucional
142 para Pessoas em Situação de Rua, no 1º semestre foi repassado para entidade o valor de R\$
143 31.629,34. O saldo em conta foi inferior a 30% não havendo necessidade de apresentação de
144 justificativa. O valor do recurso será transferido para a qualificação do serviço executado pela rede
145 socioassistencial através de auxílio financeiro e subvenção social para o acolhimento em abrigo
146 institucional e república em 2022. Aprovado por unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº**
147 **54/2021**. O próximo recurso apresentado foi da Residência Inclusiva que não foi executado, devido a
148 complexidade e morosidade dos processos, essa foi a justificativa apresentada. O plano de
149 providências é de transferência para OSC's executoras do serviço em 2022. Aprovado por
150 unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 55/2021**. O recurso seguinte foi o PPAS IV, informado
151 que até junho de 2021 o saldo em conta era 47,86 %, o plano de providências prevê o pagamento de
152 empenhos em aberto, aquisição de equipamentos eletroeletrônicos para o Abrigo e Acolhimento
153 Familiar e Pagamento de Bolsa Auxílio para Famílias Acolhedoras. Aprovado por unanimidade
154 conforme **Resolução/CMAS/nº 56/2021**. Na sequência foi apresentado o recurso referente ao
155 Benefício Eventual Covid 19 que foi executado na sua totalidade. Aprovado por unanimidade
156 conforme **Resolução/CMAS/nº 57/2021**. Próxima prestação de contas foi referente ao Incentivo
157 Aprimora CRAS e CREAS, trata-se de parcela única, depositada em conta em dezembro de 2020, o
158 valor de R\$ 550.000,00 foi incluído no Orçamento Municipal através do Decreto nº 18.799 de
159 29/03/2021, e atualizado pelo Decreto nº 18.904 de 23/04/2021. O plano de providências visa a
160 aquisição de equipamentos eletrônicos e mobiliário para as unidades de CRAS (R\$ 400.000,00) e
161 CREAS (R\$ 150.000,00). Aprovado por unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 58/2021**.
162 Próximo item da pauta é 7 - Relato da Comissão de Acompanhamento do SUAS: 7.1 - Apreciação e
163 Aprovação do Plano Municipal de Assistência Social; 7.2 - Prorrogação da Resolução nº 38/2020 que
164 dispõe sobre a regulamentação dos Benefícios Eventuais. Conselheiro Adrianis sugeriu a inversão da
165 ordem de apresentação, que foi acatado pelos presentes. O conselheiro Adrianis recordou que o
166 conselho aprovou no ano passado a resolução 38/2020, que dava prazo até novembro de 2021 para
167 que a gestão apresentasse a regulamentação dos Benefícios Eventuais, os quais estão previstos na
168 Lei 13.008 e 13.009. A gestão articulou juntamente com a PSB e PSE e enviou uma minuta de decreto

169 regulamentador. A proposta da comissão do SUAS foi que seja constituída uma comissão a fim de
170 avaliar essa minuta de decreto, posto isso há necessidade de estender o prazo da resolução 38, por
171 mais seis meses, visto que ela inspira em 26 de novembro. Neste período o conselho vai trabalhar na
172 proposta de minuta de lei, juntamente com a gestão para calibrar e coloca esse processo para o
173 próximo ano. Ressaltou a importância dos Benefícios Eventuais para a política de assistência social,
174 os quais são financiados em sua totalidade pela fonte 1000, da prefeitura, no caso pelo órgão gestor
175 que é a FASPG. A proposta é de formar uma comissão e realizar a discussão, prorrogando a
176 resolução por mais seis meses. O presidente solicita que seja revisto o texto da resolução para que a
177 redação fique mais compreensível, em não havendo nenhuma manifestação, o conselho considerou
178 aprovado conforme **Resolução/CMAS/nº60/2021**. O próximo item é sobre a inclusão de pauta
179 eferente à alteração da porcentagem de frequência no Serviço de Convivência e Fortalecimento de
180 Vínculos, estabelecido pelo Decreto Municipal nº 13.522/2017. O conselheiro Adrianis colocou que a
181 resolução pode abranger apenas crianças e adolescentes, uma vez que para idosos tem uma
182 dinâmica diferente. O presidente sugere que seja redigida uma Resolução aprovando a redução do
183 percentual exigido pela FASPG, de 70% para 50%, para fins de Relatório de Frequência e
184 manutenção de metas financiadas. Após alguns apontamentos dos conselheiros, não havendo
185 manifestações contrárias, foi aprovada por unanimidade a **Resolução/CMAS/nº 61/2021**. O último
186 item da pauta é o Plano Municipal de Assistência Social, o qual foi resumidamente apresentado pela
187 conselheira Lucília, que destacou os seguintes pontos: previsto na LOAS e NOB-SUAS,
188 responsabilidade de elaboração é do órgão gestor com a participação coletiva dos atores envolvidos,
189 assim sendo foi para consulta pública no período de 27 de agosto a 15 de setembro, foram
190 consideradas as deliberações da 13ª conferência e encaminhado para análise da comissão do CMAS.
191 A estrutura do plano está em conformidade com o Art. 18 da NOB-SUAS, nos itens 1 ao 11,
192 organizado numa sequência um pouco diferente: I - Diagnóstico Socioterritorial – p. 6 a 24; II -
193 Objetivos Gerais e Específicos – p. 24 a 27; III - Diretrizes e Prioridades Deliberadas – p. 27 a 34; IV
194 - Ações e Estratégias – p. 34 a 39; V - Metas Estabelecidas - p. 34 a 39; VI - Resultados e Impactos
195 Esperados – p. 45 e 46; VII - Recursos Materiais, Humanos e Financeiros Disponíveis e Necessários
196 – p. 43 e 44; VIII - Mecanismos e Fontes de Financiamento – p. 38; IX - Cobertura da Rede Prestadora
197 de Serviços – p. 39 a 41; X - Indicadores de Monitoramento e Avaliação – p. 47; XI - Espaço Temporal
198 de Execução – p. 48. O objetivo geral é o planejamento e execução da política e os específicos foram
199 descritos por setor, da PSB, da PSE e da Gestão e no resumo foram citados alguns apenas para
200 pontuar que em cima de cada objetivo, tem uma ação e em cima disso é estabelecida a meta.
201 Apresenta, como exemplo, os seguintes objetivos: aprimorar a vigilância socioassistencial; monitorar
202 os serviços executados pela rede; implantar a Mesa de Negociação (que foi comentado no início da
203 reunião); elaborar Atos normativos; ofertar serviços, programas e benefícios (o plano detalha todos
204 os serviços da Básica e da Especial, sendo: Acolhimento, Centro-Dia, Serviço de Convivência,
205 serviços ofertados no CRAS e CREAS – PAIF e PAEFI); executar os Benefícios Eventuais; garantir
206 acesso a direitos; garantir capacitação da equipe; manter dentro dos serviços uma equipe de
207 profissionais qualificados; manter a busca ativa, a escuta qualificada, as atividades em grupo,
208 orientação, acompanhamento, encaminhamento e vários outros objetivos que foram elencados no
209 plano. Dentro desses objetivos tem a ação, por exemplo: uma das deliberações da conferência foi
210 para estabelecer o orçamento da assistência em 7%, então o plano previu como ação, a elaboração
211 de um projeto de lei para fixação de 7% para o Orçamento Municipal da Assistência. E quando diz
212 que vai aprimorar a vigilância, na ação propõe a realização de diagnóstico e aquisição de software.
213 Quando objetiva instituir uma Mesa de Negociação, a ação prevê a realização de eleição e nomeação
214 dos membros. No objetivo de garantir equipe nos serviços, uma das ações é a abertura de concurso
215 público para contratação de pessoal. Para manter uma equipe de profissionais qualificados, pensa-
216 se em capacitação contínua para toda a equipe técnica. Cada serviço, programa e benefício elencam
217 várias ações citando algumas: a) divulgação dos critérios de acesso; b) intensificação das ações de
218 busca ativa das famílias; c) inclusão das famílias em acompanhamento familiar; d) ampliação das
219 metas de atendimento de Centro-Dia para Pessoa idosa. Apresenta o documento completo para
220 visualização dos conselheiros dizendo que fez uma síntese do conteúdo para a explanação. Seguindo
221 a estrutura do plano, fala que para cada ação existem as metas, citando algumas: 1) Ampliação do
222 Centro-Dia: estabelecida elevação de 40 para 80 metas; 2) Acompanhamento familiar: atingir a
223 inclusão de 50% das famílias; 3) SCFV: 1.500 usuários; 4) ILPI: 205; 5) Centro-Dia: 409; 6) auxílio
224 eventual por nascimento: 1.500; 7) auxílio eventual por morte: 1.500. Na parte de recursos financeiros

225 (páginas 43 e 44), estão exemplificados no resumo: Para o CMAS: R\$ 21.895,31 e para os Benefícios
226 Eventuais: R\$ 2.058.000,00; no item dos recursos humanos, o profissional de exemplo foi o educador,
227 sendo apresentado que há 37 e são necessários mais 23 educadores. Apresenta para visualização,
228 as páginas 39 e 43 em que consta a rede de atendimento, tanto governamental, como não
229 governamental, seguido do item do monitoramento e avaliação. Expõe que as ações previstas serão
230 acompanhadas e fiscalizadas pelo CMAS e que os serviços serão acompanhados e monitorados pelo
231 Departamento de Gestão do SUAS, através da Divisão de Monitoramento. Diz, ainda, que o plano
232 contempla a questão de edital de chamamento e termos de parceria. Por fim, relata que o documento
233 inicia com a identificação do município, do órgão gestor, do fundo e do conselho de Assistência
234 passando para o diagnóstico que apresenta o perfil do município e descreve sobre a Gestão do SUAS,
235 do Cadastro Único, dos serviços e dos programas executados pela proteção básica e especial. Traz
236 a relação das entidades parceiras, as metas por serviço, a média de atendimentos, os objetivos
237 propostos, as diretrizes e ações desenvolvidas. Finalizadas as explicações, foi realizada a leitura da
238 resolução de aprovação do PMAS sendo apontado que serão efetuadas algumas correções de
239 ortografia e alteração nas ações do serviço de acolhimento conforme proposto pela comissão. Não
240 havendo nenhuma manifestação contrária nem questionamento, foi aprovada por unanimidade a
241 **Resolução/CMAS/nº 59/2021**. Esgotados os assuntos da pauta, o presidente Armando Madalosso
242 Vieira encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Esta ata foi transcrita e redigida pela
243 agente administrativa Maria Aparecida da Silva, e revista pela secretária executiva Thais do Prado
244 Dias Verillo, após aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.

245 Thais do Prado Dias Verillo _____

246 CPF: 042.454.089-44

247 Lucília do Rocio Lopes de Andrade _____

248 CPF: 741.811.819-87

249 Tatyana Denise Belo _____

250 CPF: 052.293.819-14

251 Karina Teresinha Muehlbauer _____

252 CPF: 039.183.429-05

253 Leni Aparecida Viana da Rocha _____

254 CPF: 319.665.009-04

255 Deborah Maria Diretrich Lechiu _____

256 CPF: 038.563.399-81

257 Osni Cirino da Cunha _____

258 CPF: 127.282.849-20

259 Beatriz de Souza _____

260 CPF: 587.082.009-04

261 Laerte Bittencourt Filho _____

262 CPF: 442.362.639-04

263 Camila Gomes de Barros _____

264 CPF: 087.935.699-55

265 Adrianis Galdino da Silva Junior _____

266 CPF: 026.899.729-21

267 Valquíria Verwiebe _____

268 CPF: 024.349.949-38

269 Nathanie Hariene Panzarini de Abreu _____

270 CPF: 082.632.609-90

271 Armando Madalosso Vieira _____

272 CPF: 039.123.969-49

273 Antonio Elizeu Martins _____

274 CPF: 68-38.684.669-91

275 Mary Ane Aparecida Gonçalves _____

276 CPF: 037.084.319-36